

2021



PLANO _____
CASA FLUMINENSE
2021-2024

2024

SUMÁRIO

Apresentação	03
Motivação, missão e estratégia	05
Contexto e trajetória recente	08
Desafios prioritários	13
Objetivos Casa 2024	14
Quadro resumo e indicadores	16
Estrutura de gestão e governança	18

Apresentação

No início da elaboração do Plano Casa Fluminense 2021-2024, o Núcleo Executivo e o Conselho de Governança da Casa se depararam com uma questão central: Como elaborar um plano de 4 anos diante de tanta instabilidade política, especialmente com as dúvidas que pairam sobre o destino do Brasil nas eleições de 2022? Não foi simples, mas depois de algumas reflexões iniciais, decidimos fazer. Dois motivos colaboram para a decisão. O primeiro é que, desde sua criação, a Casa trabalha com planos de 4 anos (2013-2016 e 2017-2020), o que acabou gerando uma relevante cultura institucional de planejamento na organização. Em segundo, com base na trajetória realizada nos últimos anos, entendemos que o plano era uma boa oportunidade para refletir sobre o papel da Casa no ecossistema da sociedade civil do Rio de Janeiro, tornando mais claro nossa entrega de valor e reafirmando diretrizes estratégicas para atuação no próximo ciclo.

Mesmo com a decisão de seguir em frente com o planejamento, as dúvidas sobre os caminhos antagônicos que o Brasil pode seguir em 2022 continuavam presentes nas reuniões. Isso reforçou a construção de objetivos que pudessem fazer sentido em dois cenários de 2023. No cenário com Bolsonaro, os objetivos deverão se ajustar para a contenção do retrocesso de direitos e proteção da sociedade civil. No cenário pós-Bolsonaro, os objetivos deverão contribuir para a aceleração de mudanças e reconstrução de políticas públicas com maior participação e protagonismo de atores e atrizes da periferia.

Portanto, estamos cientes dos desafios e ameaças à democracia brasileira. E diante da centralidade que as eleições de 2022 terão para o Brasil e o Rio de Janeiro, a Casa Fluminense atuará a partir da sociedade civil para fortalecer o campo progressista e democrático, em oposição às forças de extrema direita representadas pelo Governo Federal.

Com essas premissas, iniciamos a elaboração deste plano em outubro de 2020. Realizamos entrevistas com 10 pessoas de referência, uma consulta online com os associa-

dos e associadas, com 38 respostas recebidas, reuniões com o Conselho de Governança e o Núcleo Executivo da Casa. Também revisamos os planos anteriores da Casa e consultamos planos de outros parceiros de referência. Aproveito para agradecer a todas e todos que colaboraram com comentários, sugestões e provocações durante o processo de elaboração deste plano. É uma alegria contar com cada um de vocês na construção da Casa Fluminense. Muito obrigada!

Os objetivos estratégicos do Plano Casa 2024 foram apresentados na Assembleia Geral da Casa, em 09.02.2021, e reafirmam diretrizes consolidadas durante o último ciclo.

No presente documento estão incluídos um breve histórico da motivação, missão e estratégia no processo de criação da Casa. Em seguida, apresentamos alguns fatos que informam sobre a conjuntura atual e a trajetória da Casa nos últimos quatro anos. Logo após, descrevemos os quatro desafios que decidimos priorizar e os quatro objetivos que buscam dar respostas para as questões elencadas, acrescidos dos respectivos resultados esperados. Na sequência, organizamos um quadro síntese com a teoria de mudança que vai guiar a Casa nos próximos anos, assim como os projetos e iniciativas previstas para o período em tela. Por fim, apresentamos a atual estrutura de gestão e governança da Casa.

Por fim, é fundamental compreender o Plano como um farol para iluminar o caminho. Ele deve ser monitorado constantemente e atualizado quando necessário. Boa leitura!



Motivação, missão e estratégia

O Rio de Janeiro possui uma concentração histórica de investimentos e de agenda pública restrita às áreas centrais da capital, com níveis de desigualdade crescentes, conforme avançamos para a metrópole e o estado. Essa é a herança profunda de uma cidade que foi capital do Brasil durante dois séculos e que carrega na sua formação social, urbana e econômica as marcas do passado colonial, escravocrata e patriarcal do país. Essas são as bases para a construção das diferentes etapas de modernização conservadora que o Rio de Janeiro experimentou ao longo do século XX, que apesar dos alguns processos de inclusão, não promoveu mudanças nas estruturas de poder e de mobilidade social da sociedade.

Nos anos 2000, enquanto o país conseguiu reduzir seus índices de pobreza e desigualdade socioeconômica, o Rio o fez em ritmo bastante mais lento do que os demais estados brasileiros, sobretudo do que os seus vizinhos no sul e sudeste. Isto se reflete em um contexto de desigualdades ainda extremas sob qualquer perspectiva, e em um padrão de provisão de infraestrutura e serviços públicos e de incremento de atividades econômicas que alcança muito timidamente as áreas e populações fora do eixo central da capital. Não por acaso, o Rio mantém ainda hoje em sua área metropolitana e no conjunto do estado indicadores de condições de vida e serviços públicos - em educação, saúde, segurança, infraestrutura urbana etc. - significativamente piores do que aqueles das metrópoles e estados vizinhos, e bastante aquém do que seria desejável em um marco de universalidade de acesso a direitos e oportunidades adequados.

Do mesmo modo, também temos um vasto trajeto a percorrer no campo da transparência e da participação social na vida pública. No período assinalado, tivemos alguns avanços na administração governamental concentrado na recuperação da capacidade de investimento público e no aprimoramento gerencial, sem chegar a incluir esforços na direção de qualificar a interação entre cidadãos, parlamentos e governos. Contamos hoje com limitados canais de diálogo e colaboração entre setor público e sociedade, acesso raro aos processos decisórios e de execução de investimentos governamentais e uma crescente perda de credibilidade da representação política e dos agentes públicos. Mais uma vez, com isso sendo tão mais verdadeiro quanto mais distante das áreas centrais da capital, ainda que se aplique de fato para todo o conjunto do estado.

Por fim, o cenário do desenvolvimento econômico no estado revela por sob os números relativamente positivos uma concentração notável no extrativismo mineral - vale dizer, essencialmente, petróleo - com baixa densidade da cadeia produtiva ligadas ao refino e ao processamento do óleo bruto. Por outro lado, o horizonte estratégico excessivamente limitado pela concentração de atenções na agenda dos grandes eventos na capital nos últimos anos não desdobrou um robusto complexo do turismo, conforme expectativas anteriores.

Este conjunto de questões compõem o leque de desafios no horizonte carioca e fluminense que motivaram a criação da Casa em 2013. A essas motivações somam-se aquelas que definem a opção pela criação do espaço institucional com o perfil adotado pela Casa. Formada como espaço de rede, ela responde ao sentimento de seus fundadores e associados da necessidade de um ambiente - ou “casa” - comum voltado a promover de maneira contínua a reflexão e proposição compartilhadas com a natureza ampla e estratégica indicada acima.

Os/as associados/as e parceiros/as da Casa são agentes dedicados a projetos e causas diversas na esfera pública do Rio, gerando com eles importantes contribuições na direção dos desafios citados. Mas de fato, faltam-nos espaços de articulação na sociedade civil e na academia do Rio de caráter efetivamente metropolitano e estadual, como devem ser as políticas demandadas pelos desafios expostos. Deste entendimento deriva a criação da Casa como espaço dedicado a fomentar ações compartilhadas para a promoção do diálogo ampliado, somando às ações dos seus associados e parceiros e fortalecendo os elos entre elas, assim como a expansão contínua da rede comum no espaço da metrópole e do estado.

Tendo em vista as motivações expostas, a missão da Casa é:

Construir coletivamente políticas e ações públicas para o Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável.

Para isso, a Casa Fluminense organiza-se como associação civil sem fins lucrativos, suprapartidária e autônoma, contando com a rede de pessoas e organizações, associadas e parceiras, como seu elemento constitutivo fundamental. A rede é, de fato, a Casa e dela deverá partir sempre a definição dos focos territoriais e temáticos para as atividades ao longo do tempo, com a estrutura institucional criada orientando-se à implantação dos planos de ação geridos em coletivo e abrigando o fortalecimento continuado dela. Guiada por esta perspectiva, a Casa atuará como espaço comum de seus associados em três frentes estratégicas principais:

Mobilização e articulação de organizações e cidadãos engajados na construção pública do Rio por meio da colaboração permanente em ações comuns; da realização de cursos, encontros e fóruns; do estímulo à circulação pelo Rio inteiro; e da valorização da identidade metropolitana e fluminense.

Informação, proposição e monitoramento por meio da agregação, análise e difusão de informações, da formulação de propostas e do acompanhamento de políticas.

Disseminação e incidência política para fazer com que as propostas geradas na rede de parceiros alcancem o debate público, os meios de comunicação, o poder público e a sociedade fluminense como um todo.

Em termos de princípios, a Casa é suprapartidária e laica, mas possui identidade decisiva com valores: igualdade; democracia e direitos; e sustentabilidade, que na sua construção permanente manifestam-se em uma postura sempre inclusiva, antirracista, antimachista e aberta à diversidade.



Contexto e trajetória recente

Ao olhar em retrospectiva o último ciclo institucional da Casa Fluminense, período que corresponde 2017-2020, constatamos o quanto as crises do Rio de Janeiro e do Brasil se aprofundaram. Sem paralelo no período pós-constituição de 1988, a crise atual ameaça conquistas sociais, econômicas e políticas construídas nos últimos anos. A partir do Rio, a Casa acompanhou a prisão do governador Luiz Fernando Pezão e a crise econômica e fiscal que comprometeu a capacidade de financiamento do Estado. O Rio depois dos Jogos Olímpicos foi ladeira abaixo.

Em 2018, o assassinato da vereadora Marielle Franco, uma das sociofundadoras da Casa, foi um golpe duro em todas e todos que acreditam e lutam por justiça social, especialmente as mulheres e as pessoas negras que enxergavam no seu mandato uma expressão legítima de renovação política. Alguns meses depois, o ex-presidente Lula foi preso e impedido de disputar as eleições por uma decisão da vara de Curitiba, que anos depois foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda no final de 2018, assistimos a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da República e de Wilson Witzel para o governo do Estado do Rio de Janeiro, em um processo eleitoral marcado pelo aumento da violência política e o disparo em massa de fakenews. Eram sinais de que a agenda conservadora, autoritária e neoliberal havia chegado ao poder central.



O primeiro ano dos governos de Jair Bolsonaro e Wilson Witzel foram marcados por inúmeros retrocessos. Das queimadas na Amazônia ao desmonte da política ambiental, da reforma da previdência conservadora à criminalização de ativistas e ONGs. No Rio de Janeiro, o governador aprofundou a política da segurança pública marcada por muita operação, pouca inteligência e aumento da letalidade policial. Apesar da agenda de retirada de direitos, é importante destacar que cada passo desse retrocesso também contou com contraponto da sociedade civil e muitas vezes o Congresso Nacional atuou como contrapeso desse processo.

Em 2020, a pandemia do COVID-19 tornou esse quadro ainda mais complexo. A crise tornou mais visível a enorme desigualdade que marca o espaço urbano do Rio de Janeiro, fraturado em bairros que dispõem de toda infraestrutura e enquanto as favelas e periferias pobres não. Milhões de trabalhadores informais no país perderam seu fluxo de renda e ficaram em condição de fome, além daqueles que já estavam desempregados ou em situação de vulnerabilidade. Essa tragédia que, em outubro de 2021, já levou a óbito mais de 606 mil pessoas no Brasil.

Um ponto positivo que devemos valorizar foi o papel relevante da sociedade civil brasileira no enfrentamento da crise. Inúmeras iniciativas lideradas por ONGs, organizações comunitárias, instituições de filantropia, setores da classe média, empresas e outros agentes surgiram com o objetivo de minimizar os impactos da crise, especialmente com ações de distribuição de cestas básicas para quem perdeu renda e kits de higiene para reduzir a contaminação. A Casa atuou diretamente na crise do COVID-19 atuando no movimento Rio Contra Corona e na difusão de informações sobre o impacto da pandemia no agravamento das desigualdades.



Quando observamos a atuação da Casa Fluminense nos últimos 4 anos, o balanço é positivo, com a consolidação e expansão da organização, apesar da conjuntura de retrocessos descrita brevemente acima. A partir de suas três frentes de atuação, a Casa se posicionou como um espaço de mobilização e articulação de lideranças e organizações da sociedade civil onde é possível forjar uma visão crítica e propositiva sobre a metrópole do Rio. A realização do Curso de Políticas Públicas, do Fórum Rio, do Fundo Casa e a colaboração permanente na rede de parceiros posicionam sua ação de formação e suporte.

A difusão de informações com a Agenda Rio 2030, o Mapa da Desigualdade e as diversas publicações e relatórios, reforçaram sua atuação propositiva orientada à qualificação do debate de políticas com dados e evidências. Por fim, a ampliação da interlocução da Casa na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da maior inserção na imprensa marcaram o aumento da presença na esfera pública.

Em relação aos temas prioritários da Casa, a política metropolitana teve avanços importantes com a conclusão do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e a aprovação da Lei 184/18, que define a governança na metrópole. A Casa Fluminense foi eleita para a presidência do Conselho Consultivo da Câmara Metropolitana, em 2019, o que representava o reconhecimento de sua trajetória de atuação neste tema e aumentava sua responsabilidade na condução das pautas que serão debatidas no Conselho Consultivo. No entanto, o governador Witzel anulou a eleição da presidência e excluiu a Casa Fluminense e mais 17 organizações do conselho. Foi uma medida arbitrária que reforça a aversão do Governo do Estado aos espaços de participação e a atuação autônoma da sociedade civil.



A saída da Casa do conselho da Câmara Metropolitana é reflexo de um processo mais amplo de redução da interlocução com governos no último ciclo. Identificamos cada vez menos espaços qualificados de interlocução e colaboração com governos municipais ou Estadual, com raríssimas exceções pontuais. Tal mudança gerou orientações internas na Casa, buscando priorizar ações de fortalecimento de lideranças sociais e de organizações da sociedade civil, no lugar de dedicar energia na interlocução com governos. Essa reorientação continua em vigência e é uma premissa para os objetivos do próximo ciclo.

Nas pautas temáticas de mobilidade urbana, saneamento básico e segurança pública, a Casa manteve sua atuação com a participação de diferentes articulações com parceiros da sociedade civil e lançamento de publicações. Temas como aprovação da Lei do Bilhete Único, monitoramento das obras de saneamento básico em São Gonçalo e encontros sobre homicídios na Baixada Fluminense foram algumas das ações que tiveram o acompanhamento e a participação da Casa Fluminense.

Um dos destaques nas articulações que produziram mobilização e conhecimento foi a publicação “Não foi em Vão”: mobilidade, desigualdades e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro. O livro parte da história de Joana Bonifácio, jovem negra, universitária, moradora de Coelho da Rocha, em São João de Meriti, que caiu no vão entre o trem e a plataforma, tendo o caminho para a faculdade interrompido e sua vida retirada pela precariedade do sistema de transporte fluminense. A sua história, assim como a de 368 casos encontrados na pesquisa de pessoas que morreram por homicídio culposo provocado por atropelamento ferroviário, são expressões de como o racismo estrutural define a qualidade da infraestrutura urbana das cidades e quem vive ou quem morre nelas. O impacto desta publicação para a Casa foi grande e passou a organizar a pauta racial dentro da organização.



Chegamos ao final do ciclo 2017-2020 com uma organização amadurecida, com redes de interlocução e colaboração ativadas na sociedade civil, reconhecida pela sistematização de conhecimentos e posicionada para o debate de desigualdades na metrópole, mirando o Agenda 2030 para o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). As pautas raciais, de gênero e de mudanças climáticas também foram incorporadas no último ciclo e serão fundamentais nos próximos 4 anos. A construção de Agendas Locais 2030 em Japeri, Queimados, São Gonçalo, Complexo da Maré e Santa Cruz reforçam o caminho de territorialização dos ODS e fortalecimento das pautas locais.

No entanto, o cenário externo é cada vez mais complexo e desafiador no Rio de Janeiro. O avanço das milícias para diferentes territórios da metrópole e do poder público, a lógica da militarização, a baixa capacidade de financiamento e de implantação das políticas públicas, o esvaziamento econômico, o desemprego, o aumento da pobreza e da miséria, agravadas com a pandemia do COVID-19, são elementos que impedem um futuro mais próspero e justo no médio prazo. Sabemos que não será possível enfrentar todos esses problemas simultaneamente. Portanto, a Casa terá que fazer escolhas e tomar decisões sobre prioridades, buscando potencializar ações que contribuam para a realização de sua missão institucional. O primeiro passo é definir quais são os problemas e desafios prioritários que a organização vai enfrentar nos próximos anos.



Desafios prioritários

A primeira questão é reconhecer que não existe saída de curto prazo para a crise política e social que vivemos no Rio e no Brasil. É necessário dar passos na construção de um projeto político de médio e longo prazo, que fortaleça as organizações populares e as lideranças sociais da periferia para alterar a atual correlação de forças na sociedade. Nesta conjuntura, com avanço da agenda conservadora, autoritária e neoliberal, percebemos muitas lideranças sociais isoladas nos seus territórios, com pouco conhecimento sobre políticas públicas, baixo acesso às redes da sociedade civil, às metodologias de organização e às fontes de recursos. A consequência são lideranças sociais desmobilizadas e com baixa capacidade de gerar impacto nos territórios. Promover processos aprofundados de capacitação, articulação e apoio para essas lideranças, com foco em pessoas negras, mulheres, juventude e LGBTQI, assim como aprofundar agenda antirracista, das mulheres e das mudanças climáticas será fundamental no próximo ciclo.

Outro desafio é a capacidade limitada de ação coletiva para o monitoramento e a incidência nas políticas públicas. A falta de acesso à informação qualificada e as dificuldades de articulações mais amplas na sociedade civil são elementos que contribuem para o quadro acima, gerando ações fragmentadas e pontuais. A nível do território, identificamos demandas na rede de parceiros da Casa para a construção coletiva de Agendas Locais, com diagnósticos e propostas prioritárias que potencializam a ação das lideranças no debate público. A nível temático, com destaque para a crise dos transportes públicos, a privatização da CEDAE, a alta letalidade policial e a recuperação econômica verde, há espaço para fortalecer narrativas baseadas em dados e aprofundar alianças com outras organizações da sociedade civil. O acompanhamento do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, o monitoramento das novas gestões municipais e do Instituto Rio Metrópole também são oportunidades para ações conjuntas.

A interlocução com o poder público é o terceiro desafio. Com raras exceções na metrópole, encontramos o governo do Estado e as prefeituras com pouca capacidade institucional, baixo orçamento, sem transparência e espaços para a participação, além de setores capturados por forças políticas patrimonialistas, patriarcais, racistas, clientelistas e, com frequência, criminosas. Como consequência, temos um poder público que não entrega as políticas públicas que a população precisa, afasta a participação

popular, não disponibiliza informação, arrecada pouco e gasta mal. Para atuar nesse cenário, a Casa deverá identificar e defender causas prioritárias da Agenda Rio 2030, ampliando sua estratégia de incidência política nas campanhas eleitorais e junto ao poder legislativo, o sistema de justiça e a mídia.

Por fim, a nível organizacional temos desafios significativos. As tensões e os riscos para atuação na sociedade civil aumentaram nos últimos anos. Estresse, ansiedade e ataques virtuais são a face mais visível de problemas que vão se avolumar nos próximos anos. Em relação à sustentabilidade, é importante acompanhar quais serão as mudanças no financiamento do terceiro setor com a crise do COVID-19 e tomar as medidas necessárias para garantir a continuidade das ações estratégicas da organização e o desenvolvimento da equipe.

Com base nos desafios prioritários descritos acima, a Casa Fluminense terá 4 objetivos estratégicos para o período 2021-2024.

Objetivos	Resultados esperados
Fortalecer lideranças sociais e organizações populares	Rede de lideranças sociais conectadas entre si e com uma visão crítica e propositiva sobre políticas públicas na metrópole. Formalização e maior impacto das organizações locais nos territórios. Formação continuada das lideranças sociais e maior intercâmbio entre os ex-participantes do curso de políticas públicas e apoiados pelo Fundo Casa Fluminense. Organizações locais com mais acesso a recursos técnicos e financeiros. Fortalecimento da identidade metropolitana.
Monitorar políticas públicas com a rede de parceiros	Mapa de articulações territoriais e temáticas da rede de parceiros para o monitoramento de políticas públicas. Agendas locais, Mapa da Desigualdade, Agenda Rio 2030, relatórios e outras publicações, contribuindo para qualificar o debate público. Maior capacidade de cooperação e ação conjunta entre diferentes atores da sociedade civil. Acompanhamento qualificado do plano de metas da cidade do Rio de Janeiro, das gestões municipais e do Plano Metropolitano.

Objetivos	Resultados esperados
Defender causas prioritárias na metrópole	Articulações e mobilizações da sociedade civil com impacto nas políticas públicas da Agenda Rio 2030. Maior interlocução com o poder legislativo, a defensoria e ministério público nas mobilizações e campanhas da sociedade civil. Estratégias de advocacy de curto e médio prazo estabelecidas, incluindo a litigância estratégica. Maior inserção nas mídias para pautas da rede de parceiros. Campanhas da sociedade civil nas eleições de 2022 e 2024 com maior impacto e relevância. Espaços de interlocução qualificada com os executivos ativados.
Desenvolver a sustentabilidade política, financeira e institucional	Políticas de cuidado da equipe e de segurança digital implantadas. Políticas de avaliação e desenvolvimento da equipe executiva aperfeiçoada. Fontes de financiamento diversificadas e aumento das doações individuais. Comunicação integrada, fortalecida e posicionada como dimensão estratégica da organização. Maior qualidade na gestão, integração e avaliação dos projetos. Cultura de monitoramento dos resultados e dos impactos da organização. Conselho de governança ativo e política de associados revisada.



Quadro resumo e indicadores

Problema	Desigualdade no acesso à direitos sociais e oportunidades na metrópole e estado do Rio de Janeiro, resultado de uma sociedade racista, patriarcal e patrimonialista. Baixa participação social no debate qualificado e na construção das políticas públicas. Ausência de um projeto regional de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo no Rio de Janeiro.			
Impacto	Priorização do investimento público para redução das desigualdades e promoção de um projeto regional de desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, com participação social qualificada na construção das políticas públicas e a garantia de justiça econômica, racial, de gênero e socioambiental.			
Resultados 2024	Lideranças sociais e organizações populares fortalecidas	Monitoramento de políticas públicas com parceiros da sociedade civil	Mobilizações e campanhas da sociedade civil com impacto nas políticas públicas	Sustentabilidade política, institucional e financeira da Casa Fluminense.
Projetos e Iniciativas	Curso de Políticas Públicas Fundo Casa Fluminense Fórum Rio Rede de Lideranças Mapa da Participação Ações em rede	Agenda Rio 2030 Mapa da Desigualdade Agendas Locais Relatório Agenda Rio 2030 De Olho nos Transportes Infográficos e reportagens Publicações em parceria	Articulações, mobilizações e campanhas da sociedade civil Filme “Rio: Metrópole Negra” Podcast “Próxima Estação” Campanha da sociedade civil nas eleições de 2022 e 2024.	Plano de captação de recursos e sustentabilidade Plano de Comunicação integrada Sistema de avaliação de projetos e monitoramento de resultados Matriz de cuidado e segurança da equipe Política de relacionamento com associados/as Plano de Desenvolvimento Individual
Público-Alvo	Lideranças sociais; ONGs, movimentos e coletivos	ONGs, movimentos e coletivos; mídia e imprensa, gestores públicos, lideranças políticas, estudantes, pesquisadores e professores universitários,	ONGs, movimentos e coletivos; mídia e imprensa, gestores públicos, lideranças políticas, estudantes, pesquisadores e professores universitários,	Equipe executiva; Associados e conselho de governança; Financiadores

Objetivos	Indicadores
Fortalecer lideranças sociais e organizações populares	I) Número de lideranças capacitadas no Curso Políticas Públicas II) Número de organizações apoiadas pelo Fundo Casa e total de recursos investidos III) Pessoas impactadas pelos projetos apoiados pelo Fundo IV) Pessoas que participaram das atividades e projetos da Casa
Monitorar políticas públicas com a rede de parceiros	I) Lista de publicações, reportagens, artigos e infográficos publicados pela Casa e/ou com parceiros da sociedade civil. II) Lista de Agendas Locais publicadas e ativadas
Defender causas prioritárias	I) Resultados qualitativos das mobilizações e campanhas de incidência política da sociedade civil em torno das pautas da Agenda Rio 2030. II) Número de candidaturas comprometidas com a Agenda Rio 2030 nas eleições 2022 e 2024 III) Número de inserções nas mídias
Desenvolver a sustentabilidade política, financeira e institucional	I) Número de doadores individuais II) Política de relacionamento com associados III) Política de cuidado e segurança digital implantada e avaliada pela equipe IV) Planos de Desenvolvimento Individual V) Audiência nas redes sociais e site institucional VI) Política de captação de recursos e novos financiamentos

Estrutura de gestão e governança



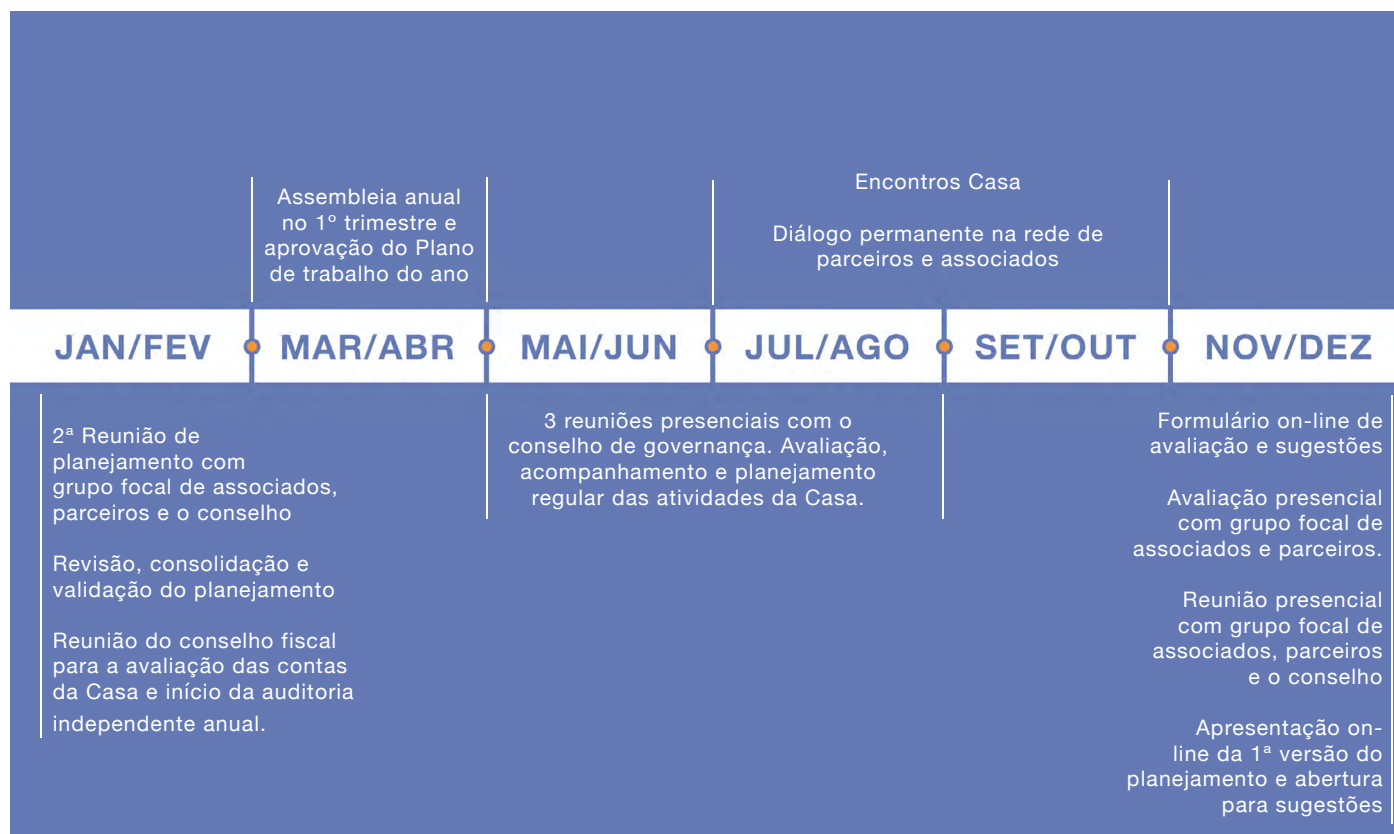
O Núcleo Executivo é responsável pela execução geral das atividades, comunicação institucional, gestão administrativa e financeira e interação cotidiana com os associados/as e a Rede Casa, conduzindo a articulação contínua de ações no interior dela. No final de 2020, houve uma reorganização do núcleo, que hoje é formado por seis coordenações: Geral, Executiva, Operações, Comunicação, Mobilização e Informação. Cada coordenação conta com assessores e estagiários.

A direção política da Casa é exercida de maneira colegiada pelo Conselho de Governança com 11 integrantes eleitos pelo pleno de associados para mandatos bienais. Ao lado da supervisão regular das atividades do núcleo executivo, os integrantes do Conselho são co-responsáveis pela articulação institucional, captação de recursos e expansão contínua da rede de associados e parceiros da Casa.

Ser associado ou associada da Casa Fluminense significa fazer parte de uma comunidade que defende um Rio mais justo, democrático e sustentável. O pleno dos associados e associadas é a instância básica de consulta e formulação para a agenda de atividades e de atuação no debate público, com a adoção de canais regulares para

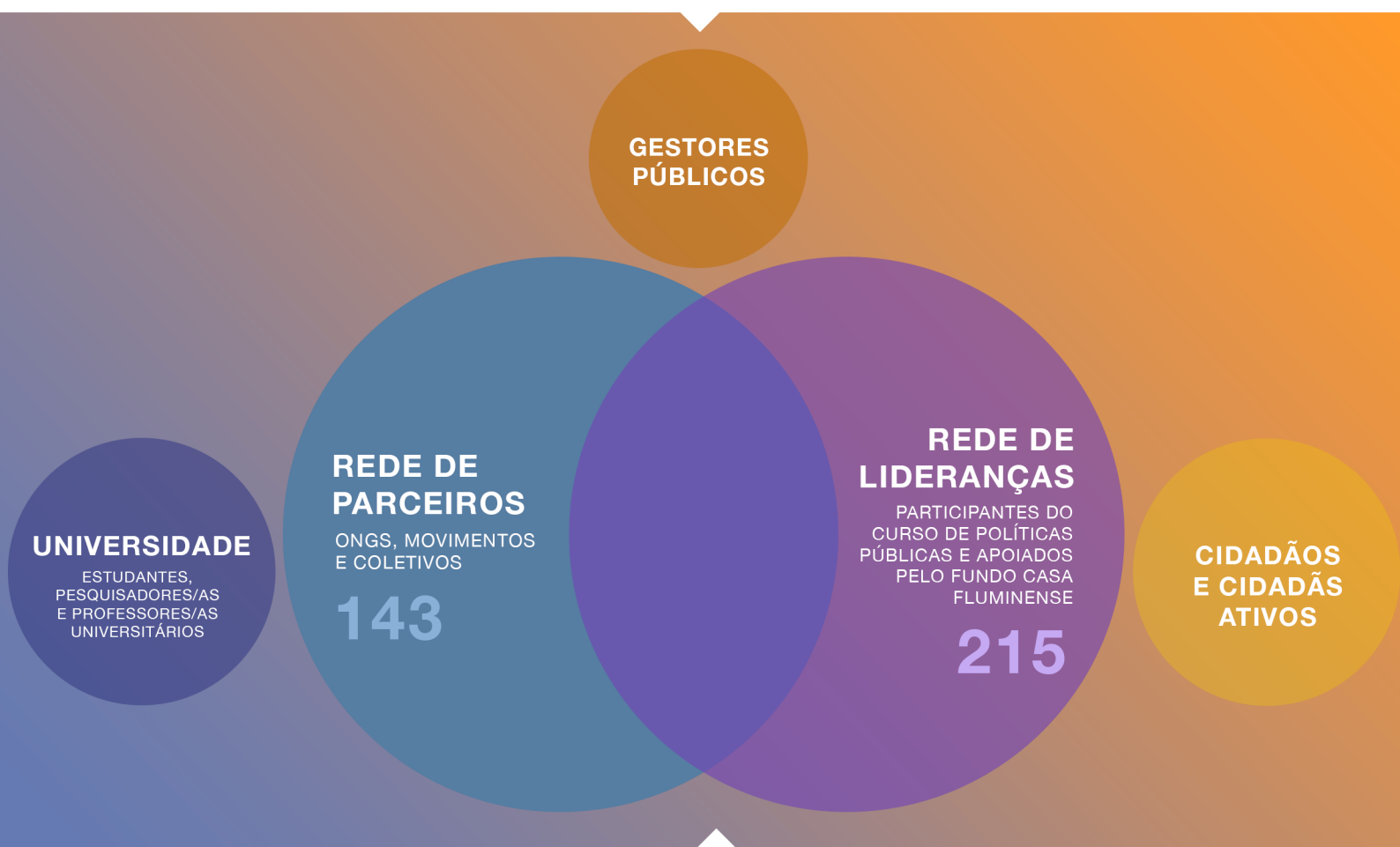
compartilhamento de informações pelo Núcleo Executivo e para a participação nas iniciativas da Casa . Em 2021, a Casa realizou um processo de recadastramento de sua base de associados e associadas. Durante o processo, 59 pessoas se recadastraram e outras 47 também se associaram. Atualmente, a Casa conta com 106 associados e associadas.

Somando-se a isso, um ciclo anual de planejamento e prestação de contas das atividades orienta o funcionamento associativo pleno. O planejamento da Casa é processual, pois considera as atividades regulares e a interlocução permanente do Núcleo Executivo com a Rede Casa como momentos de construção das agendas programáticas da associação. O período de novembro a fevereiro é a janela para a realização de encontros presenciais e consultas online a fim de avaliar as ações do ano corrente e formular o plano de trabalho do ano seguinte. A Assembleia Geral, com participação do pleno de associados, acontece sempre no 1º trimestre e é o momento da apresentação do plano de trabalho anual, de recomposição dos membros de órgãos colegiados e prestação de contas da associação. A Coordenação e equipe executiva deverão por sua vez atuar como mandatárias da associação, viabilizando a concretização das atividades e prioridades propostas com canais permanentes para o compartilhamento de informações e a apresentação de sugestões por todos no cotidiano.



Na dimensão da governança, o fundamento principal deverá ser a relevância dos associados e integrantes da Rede Casa na formação de prioridades e estratégias da Associação. No lado da realização das atividades, eles também deverão ter papel central na execução das ações, com o protagonismo na composição da rotina das três frentes estratégicas e na defesa das propostas prioritárias da Agenda Rio 2030.

Em relação a **Rede Casa**, compreendemos que esta é formada pelo conjunto de atores que interagem e se articulam regularmente com a Casa Fluminense. Neste ecossistema, dois grupos se destacam pela intensidade de interlocução com o núcleo: A **Rede de Parceiros**, formada por coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil, e a **Rede de Lideranças**, participantes do Curso de Políticas Públicas e apoiados pelo Fundo Casa Fluminense. Além desses, **estudantes, pesquisadores e professores universitários, gestores públicos e cidadãos e cidadãs ativas** também integram esse campo de interlocução que chamamos de **Rede Casa**.



ASSOCIADOS E ASSOCIADAS

2021



2024